



RESPOSTA DE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL.

**PROCESSO Nº 020/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026**

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para locação de infraestrutura e shows artísticos necessários para realização de eventos municipais (a serem realizados em localidades diversas do município, inclusive zona rural),

EMPRESA IMPUGNANTE: MKDS EVENTOS MARKETING E DIVERTIMENTOS LTDA

I- DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE:

Trata-se de impugnação ao edital apresentada MKDS EVENTOS MARKETING E DIVERTIMENTOS LTDA, em face de supostas irregularidades no instrumento convocatório, especialmente quanto às exigências de qualificação técnica e à definição do objeto.

1.1 A impugnante sustenta, em síntese:

1.2.1 Ausência de vinculação da Certidão de Acervo Técnico (CAT) aos profissionais habilitados (Engenheiro Civil e Engenheiro Eletricista);

1.2.2 Ausência de exigência de Certidão de Acervo Operacional (CAO);

1.2.3 Falta de exigência clara de profissionais técnicos compatíveis (Engenheiro Civil, Eletricista e Segurança do Trabalho);

1.2.4 Ausência de exigência de registro da empresa junto ao Conselho Regional de Administração (CRA);

1.2.5 Indefinição das unidades de medida “SV” e “M²”, sem delimitação temporal e material.

1.3. Requer, ao final, a retificação do edital para adequação às normas legais, especialmente à Lei nº 14.133/2021.



II - DA RESPOSTA

2.1. Analisando as alegações da impugnante, dissertamos nossas ponderações.

2.2. No que concerne às exigências de qualificação técnica a Constituição Federal, em seu art. 37, inciso XXI, determina que os requisitos para a habilitação devem ser, apenas, **os indispensáveis à garantia e o cumprimento das obrigações contratuais**. Vejamos:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, **o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.**

2.3. Regulamentando o art. 37 da Constituição Federal, a lei 14.133/2021, estabeleceu seguinte no art. 67:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do [§ 3º do art. 88 desta Lei](#);

III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;

VI - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ nº. 18.194.076/0001-60

§ 2º Observado o disposto no **caput** e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

§ 3º Salvo na contratação de obras e serviços de engenharia, as exigências a que se referem os incisos I e II do **caput** deste artigo, a critério da Administração, poderão ser substituídas por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes, hipótese em que as provas alternativas aceitáveis deverão ser previstas em regulamento.

§ 4º Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

§ 5º Em se tratando de serviços contínuos, o edital poderá exigir certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos.

§ 6º Os profissionais indicados pelo licitante na forma dos incisos I e III do **caput** deste artigo deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

§ 7º Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista no inciso V do **caput** deste artigo por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

§ 8º Será admitida a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição da disponibilidade do pessoal técnico referido nos incisos I e III do **caput** deste artigo.

§ 9º O edital poderá prever, para aspectos técnicos específicos, que a qualificação técnica seja demonstrada por meio de atestados relativos a potencial subcontratado, limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do objeto a ser licitado, hipótese em que mais de um licitante poderá apresentar atestado relativo ao mesmo potencial subcontratado.

§ 10. Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

I - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

II - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ nº. 18.194.076/0001-60

§ 11. Na hipótese do § 10 deste artigo, para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

*§ 12. Na documentação de que trata o inciso I do **caput** deste artigo, não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos [incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei](#) em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.*

2.4. Ao analisar o texto legal acima transcrito, nota-se que a finalidade da qualificação técnica é aferir a capacidade para a execução do objeto licitado, limitando -se às exigências estabelecidas na Lei, não podendo exceder ao prescrito, admitindo-se escolher, dentro do rol estabelecido o necessário para aferição de qualificação técnica, mantendo uma relação de proporcionalidade com o objeto pretendido, levadas em consideração as características semelhantes ou similares em complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

2.5. No caso em tela, a Administração estabeleceu no item 17.7 do Termo de Referência, dedicado à qualificação técnica, as exigências que julgou necessárias e suficientes para que o licitante comprove no certame a sua aptidão operacional para executar o objeto editalício, sendo as seguintes:

17.7 - Qualificação Técnica

17.7.1 - Será exigido Qualificação Técnica, conforme exigência abaixo:

17.7.2 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características, através de no mínimo 01 atestado ou certidão de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando a capacidade técnico operacional com características semelhantes e de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior a dos serviços descritos no TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I, DESTE EDITAL.

17.7.2.1 - A exigência de atestado de capacidade técnica para serviços de infraestrutura de eventos, incluindo sonorização e demais itens relacionados, justifica-se pela necessidade de comprovar que a empresa possui experiência na execução de serviços similares em porte e complexidade. Esses serviços envolvem a montagem de estruturas, instalação e operação de equipamentos, suporte técnico e cumprimento de normas de segurança, sendo essenciais para o bom funcionamento do evento. Assim, o atestado permite à Administração verificar a aptidão técnica e operacional da empresa para executar o objeto com eficiência, segurança e qualidade, reduzindo riscos de falhas e garantindo o adequado atendimento às necessidades do evento.

17.7.3 - Para os itens considerados serviços de engenharia, de acordo com a legislação aplicável, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Certidão de registro da licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou outro conselho competente, e de seu(s) responsável(s) técnico(s);



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ nº. 18.194.076/0001-60

b) Atestado de capacidade técnica-profissional, acompanhado das respectivas Certidões de Acervo Técnico (CAT) emitido por qualquer uma das regiões do CREA ou conselho competente, comprovando a execução pelo (s) responsável (eis) técnico (s) da empresa, de serviços semelhantes ao objeto licitado.

17.7.4 - A comprovação de que o(s) profissionais de Responsabilidade Técnica é(são) vinculado(s) à licitante deverá ser feita através de cópia de sua(s) ficha(s) de registro de empregado, da(s) Certidão(ões) de Registro do CREA ou conselho competente, do(s) contrato(s) particular(es) de prestação de serviços, do(s) contrato(s) de trabalho por prazo determinado ou através de outros instrumentos que comprovem a existência de um liame jurídico entre a licitante e o(s) profissional(s) qualificado(s).

17.7.5 - Em se tratando de sócio da empresa, o contrato social da licitante comprovará o vínculo.

2.6. Da existência de previsão de exigência de profissionais habilitados

2.6.1 Destaca-se que o item 17.3 exige que para os itens considerados serviços de engenharia, de acordo com a legislação aplicável, deverão ser apresentados a Certidão de registro da licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou outro conselho competente, e de seu(s) responsável(s) técnico(s), bem como o Atestado de capacidade técnica-profissional, acompanhado das respectivas Certidões de Acervo Técnico (CAT) emitido por qualquer uma das regiões do CREA ou conselho competente, comprovando a execução pelo (s) responsável (eis) técnico (s) da empresa, de serviços semelhantes ao objeto licitado.

2.6.2. Verifica-se que as alegações da impugnante de que o edital não exige profissionais habilitados para execução do objeto é inverídica, pois consta expressamente no edital tal exigência.

2.7. Da desnecessidade de exigência de CAO

2.7.1. Com relação à ausência de exigência do CAO (Certidão de acervo operacional), embora a impugnante sustente a obrigatoriedade da exigência, o art. 67, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 dispõe que a Administração, **quando for o caso, poderá** exigir a comprovação de capacidade técnico-operacional, ou seja, trata-se de faculdade administrativa, e não imposição legal.

2.7.2. Neste sentido, **com o objetivo de não restringir a competitividade no certame**, haja vista tratar-se de uma licitação para registro de preços com diversos itens de pequena monta, sendo possibilitado aos licitantes participarem de somente itens de seu interesse, o Município julgou desnecessário a exigência de Certidão de acervo operacional, sendo os documentos listados no item 17.7 do Termo de Referência suficientes para comprovar a aptidão técnica do futuro contratado.

2.8. Da desnecessidade de profissional de segurança do trabalho



2.8.1. Já quanto à necessidade de exigência de profissional de segurança do trabalho, não assiste razão à Recorrente, tendo em vista que embora a impugnante sustente a obrigatoriedade, verifica-se que a exigência de profissional de Segurança do Trabalho como requisito de habilitação **não encontra amparo legal obrigatório na Lei nº 14.133/2021**, tampouco decorre automaticamente da natureza do objeto.

2.8.2. A legislação licitatória exige apenas qualificações **estritamente necessárias e proporcionais** à execução do objeto (art. 67), sendo vedadas exigências excessivas ou que restrinjam indevidamente a competitividade. A eventual necessidade de cumprimento das Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho constitui **obrigação inerente à execução contratual**, devendo ser observada pela contratada independentemente de exigência específica na fase de habilitação.

2.8.3. Assim, a exigência prévia de profissional de Segurança do Trabalho como condição de habilitação configuraria **restrição indevida**, por não se mostrar indispensável à aferição da capacidade técnica do licitante.

2.9. Da desnecessidade de inscrição no Conselho Regional de Administração

2.9.1. A obrigatoriedade de registro em conselho profissional não decorre de mera conveniência da Administração, mas sim da natureza da atividade básica ou preponderante exercida pela empresa, conforme estabelece o art. 1º da Lei nº 6.839/1980.

2.9.2. No presente caso, o objeto licitado não envolve atividades que demandem conhecimentos técnicos próprios da área de Administração, tampouco se enquadra como atividade típica ou privativa dessa área profissional. Assim, a exigência de registro junto ao Conselho Regional de Administração – CRA, sem a devida demonstração de pertinência direta entre as atribuições do objeto e o campo de atuação fiscalizado por referido conselho, configuraria imposição indevida, apta a restringir a competitividade do certame.

2.9.3. Tal exigência, nessas circunstâncias, afrontaria os princípios da isonomia, da razoabilidade e da seleção da proposta mais vantajosa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, ao criar barreira injustificada à participação de potenciais licitantes, não assistindo razão à impugnante.

2.10. Da alegada indefinição das unidades de medida (SV e M²)

2.10.1. A impugnante sustenta que as unidades de medida “SV” e “M²” não possuem definição suficiente quanto aos seus parâmetros temporais e materiais, o que comprometeria a formulação das propostas.

2.10.2. Entretanto, verifica-se que o edital e seus anexos, especialmente o Termo de Referência, apresentam a devida caracterização dos serviços, indicando de forma clara o período de execução, especificando se os serviços se destinam a eventos com duração de um ou dois dias.



2.10.3. Ademais, a impugnante não indicou de forma objetiva quais itens estariam supostamente desprovidos de definição temporal, limitando-se a alegação genérica, o que não é suficiente para demonstrar eventual irregularidade no instrumento convocatório.

2.10.4. Dessa forma, não se verifica prejuízo à formulação das propostas nem afronta ao princípio do julgamento objetivo ou à competitividade.

III - DA DECISÃO.

Face ao exposto, após análise e considerações apresentadas, é decisão do Pregoeiro **não dar provimento** a Impugnação ora apresentada, mantendo-se o Edital na sua íntegra, bem como a data da realização do certame.

Bocaina de Minas, 07 de abril de 2026.

Thiago Donizette da Silva
Pregoeiro